

PLANO PLURIANUAL E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO PORTAL DO SERTÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES

Carla Lorena Lima Ferreira¹; Vanessa Silva Vieira²

1. Bolsista PROBIC, Graduanda em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: lolyfsa@hotmail.com
2. Vanessa Silva Vieira; Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: vanessa_bahia@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: Território de Identidade, Agricultura Familiar, Plano Plurianual

INTRODUÇÃO:

Essa pesquisa de Iniciação Científica fez parte do projeto Territórios de Identidade: Desvelando os Desafios para o Planejamento Territorial no Estado da Bahia, que esta vinculada ao Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV). Teve como objeto de estudo o Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2008-2012. Tal plano contém políticas de intervenção territorial, tornando-o fundamental para o estudo geográfico, além disso, suas ações interferem na dinâmica das relações sociais/espaciais. Segundo o Plano Plurianual (PPA) em estudo, a então regionalização do Estado da Bahia, a partir dos Territórios de Identidade, teve seu surgimento devido aos movimentos sociais ligados à agricultura familiar, à reforma agrária e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A pesquisa teve como foco o Território de Identidade Portal do Sertão, especificamente o município de Amélia Rodrigues. Além de Amélia Rodrigues o referido Território de Identidade, é formado por mais 16 municípios, os quais possuem diferenças significativas em termos econômicos, culturais, sociais. A justificativa que deu início à pesquisa está relacionada a uma melhor compreensão e avaliação das políticas territoriais destinadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no município em análise, já que o mesmo tem na agricultura uma importante fonte de renda. Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa foi investigar os programas de governo, presentes no PPA (2008-2011), voltados para agricultura familiar que foram implantados em Amélia Rodrigues. Esse objetivo desdobrou-se em outro, tais como investigar os principais rebatimentos socioespaciais desse programa; verificar de que maneira influenciaram na dinâmica e desenvolvimento da agricultura familiar no município; identificar as parcerias estabelecidas entre o governo federal, estadual, municipal e sociedade civil para efetivação dos programas no município de Amélia Rodrigues.

METODOLOGIA:

Com a intenção de se obter um melhor desenvolvimento no processo de investigação, esse trabalho foi constituído em duas etapas. Na primeira, realizou-se um levantamento bibliográfico paralelo à construção do referencial bibliográfico, o qual

direcionou teoricamente a pesquisa. Nesse levantamento bibliográfico, buscou-se os conceitos basilares para a realização do trabalho. Ainda foram utilizados os documentos disponibilizados no site da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, sobretudo o Plano Plurianual (2008-2011), documento referência para a análise das ações direcionadas para os Territórios de Identidades. A partir do Plano Plurianual foram identificados os programas que estão direcionados para agricultura familiar no Território de Identidade Portal do Sertão. Também nessa etapa iniciou a confecção e aplicação dos questionários e entrevistas com representantes do poder executivo municipal de Amélia Rodrigues. Assim, concluindo essa primeira etapa, foi elaborado e entregue o relatório parcial.

Na etapa seguinte se deu a aplicação de questionários e realização de entrevistas com representantes da sociedade civil (sobretudo às associações voltadas para a agricultura) e agentes políticos, diretamente envolvidos com os programas em análise. O Objetivo da aplicação dos questionários formam obter informações a respeito da atuação do programas, como também entender a dinâmica da agricultura familiar o município. Após a execução das etapas prevista no cronograma, foi confeccionado o relatório final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Destaca-se aqui as políticas territoriais que foram implantadas pelo Governo do Estado direcionada a agricultura familiar no Território de Identidade Portal do Sertão, enfocando o município de Amélia Rodrigues. Sobre os resultados encontrados no decorrer deste trabalho, primeiramente foram identificados os programas e ações do Governo do Estado, que se encontram inseridos na Diretriz Estratégica: *“Dinamizar a agricultura familiar e desenvolver o agronegócio articulado com a rede de produção estadual”*. Quanto aos programas e ações contidas no PPA, direcionados ao Território de Identidade Portal do Sertão, identificou-se quatro:

- Qualificar: Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária para a Agricultura Familiar;
- Terra da Gente: Fortalecimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias;
- Bahia Protegida: Fiscalização do Trânsito de Animais e Vegetais;
- Sertão Produtivo: Dinamização das Cadeias Produtivas do Semi-árido.

Somente a partir da pesquisa se identificou os programas, apenas dois, que tiveram ações efetivadas no município de Amélia Rodrigues. Ambos efetivados através de projetos articulados com o Governo Federal e Municipal, a saber: **“Qualificar: Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária para a Agricultura Familiar”** e **“Pesquisa Agropecuária para a Agricultura Familiar”**. O primeiro programa “Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER)” tinha como objetivo melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável, o ATER está agregado a programas federais como o “Programa de Aquisição Alimentar (PAA)” que são ações do Programa Fome Zero, que tem como finalidade garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo

O segundo programa identificado no município de Amélia Rodrigues é o “Pesquisa Agropecuária para a Agricultura Familiar” que está atrelado a outro programa

o “SEMEANDO”. Tal programa é composto por um conjunto de ações realizadas entre órgão do Governo do Estado, a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), através da Superintendência de Agricultura Familiar (Suaf) e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). O objetivo do SEMEANDO é incentivar que os agricultores e os municípios, em geral, produzam e guardem suas próprias sementes, para que, conseqüentemente diminua a dependência do Estado e gere autonomia local para assegurar sementes e mudas de boa qualidade, no tempo certo, para os agricultores familiares da Bahia. Assim há distribuição de sementes e mudas, ao agricultor familiar.

Durante trabalho de campo, em dezembro de 2011, deu-se à aplicação de questionário ao então secretário de agricultura. Com base nesse questionário foram verificados alguns pontos que implica no desenvolvimento da agricultura familiar em Amélia Rodrigues, que há um esforço no trabalho do executivo, a partir da Secretaria de Agricultura, para que se obtenham bons resultados com os programas e ações aplicados a agricultura familiar. Entretanto há necessidades de ações mais contundentes e claras, visto que a agricultura familiar ainda precisa de maior dedicação das políticas públicas para seu fortalecimento dentro do município, pois o seu papel é ainda de coadjuvante, já que o cultivo da cana-de açúcar é muito mais expressiva e desenvolvida, com mais de 50% das terras cultivadas no município. Identificou-se, também, que o governo municipal contribui para efetivação dos projetos e programas que beneficiam à agricultura familiar, participando das atividades vinculadas a agricultura e desenvolvimento rural, assim como incentivando a organização por meio da regularização de associações e criações de cooperativas, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que se encontra atuante em favor das causas do agricultor familiar.

Sobre a relação entre a dinâmica municipal e os programas da agricultura familiar foi verificada, a partir das entrevistas, a dinamização da economia no município em virtude dos programas voltados para a agricultura familiar. Esta dinamização ocorreria, no momento em que a capitalização do agricultor familiar através dos programas “Qualificar: Assistência Técnica, Extensão Rural” e “Pesquisa Agropecuária para a Agricultura Familiar” permite comercializar a produção em outros municípios e fornecer para a merenda escolar do próprio município. Ressalta-se que devem ser considerados os investimentos advindos do governo estadual, em relação ao agricultor, pois o mesmo contribui para a “melhoria” na produção a partir das ações destinadas ao agricultor familiar, a exemplo da que distribuição de sementes. Porém é necessário que os investimentos e ações sejam mais firmes, pois a agricultura familiar ainda necessita de maior estímulo no município principalmente no que se remete à manutenção do trabalho no campo, falta de orientações técnicas e viabilidade econômica dos agricultores de subsistência.

Quantos aos programas no Governo Federal e Estadual, vinculados a agricultura familiar, que abrangem o município, geralmente uma boa porcentagem tem participação do sindicato. Isso acontece porque o sindicato se constitui como um elo, entre os agricultores e o governo, colaborando nas discussões que favorecem ao pequeno agricultor e elaborando, conjuntamente, as estratégias e ações que serão implementadas no município, através de reuniões. Como o que acontece através do programa Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), sendo uma das principais ferramentas para elaboração das estratégias, desenvolvido pelo banco do Brasil em parceria com a EBDA e Prefeitura Municipal, que tem a intenção de reunir com frequência todas as instituições envolvidas no fomento da agricultura familiar para estreitar o diálogo entre todas as entidades, visando a melhoria e o fortalecimento da agricultura.

COSIDERAÇÃO FINAIS

Através desta pesquisa foi possível ter uma compreensão da intervenção do Governo do Estado por meio das políticas territoriais implantadas através do Plano Plurianual, instrumento de planejamento, no Território de Identidade Portal do Sertão, onde se identificou ações destinadas a dinamização da agricultura focando o município de Amélia Rodrigues. Apesar de existir políticas de incentivo à dinamização e desenvolvimento da agricultura familiar, ainda não consegue de fato efetivar os objetivos das devidas ações destinadas a suprir as reais necessidades da agricultura familiar na Bahia, inclusive em Amélia Rodrigues.

No que se refere ao município de Amélia Rodrigues foi possível constatar que existe políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, apesar dos esforços entre representantes dos agricultores familiares juntamente com os representantes dos órgãos do governo estadual e municipal, esses programas não solucionam as carências para o fortalecimento da agricultura familiar. Percebeu-se que um dos principais motivos causador da pouca expressividade da agricultura familiar, sobretudo na economia local, é a alta produção da cana-de-açúcar, já que sua produção ocupa mais de 50% das terras produtivas do município, e que desde a instalação da usina que é a maior empregadora da população do município. Apesar da produção da cana-de-açúcar ter um grande lucro, não dinamiza de fato a economia, isso porque o lucro que se tem não fica no município. Outro motivo é a venda do excedente de produção dos agricultores familiares pois muitos deles vendem seus produtos para outros municípios, sendo também que os produtos produzidos por eles não conseguem suprir a necessidade da população local, assim muitos dos produtos que são vendidos na feira são comprados em outros municípios.

Assim conclui-se que a agricultura familiar no município de Amélia Rodrigues tem sua dinâmica minimizada pelo mesmo motivo que ocorre não somente no território baiano mais sim brasileiro, que é a falta de políticas eficazes e eficientes que garantam a sua melhoria e qualidade no desenvolvimento, indo além das ações paliativas de inserção social.

REFERENCIAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed São Paulo: Campinas, SP: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 1998.

BAHIA, **Plano Plurianual** (2008-2011). Salvador, 2008. BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2 ed. Ed. Unijuí: Ijuí, 2007.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2 ed. Ed. Unijuí: Ijuí, 2007.

SANTOS, José Antônio Lobo dos. **Implicações do pronaf na produção do espaço rural de Feira de Santana – Ba**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.

SOUZA, E. J. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia: Regionalização e Planejamento**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Salvador, 2008.

VIEIRA, V. S. **Modelo de Desenvolvimento Regional do Estado da Bahia: Análise a partir do Plano Plurianual**. In: XIII ENANPUR: Planejamento e Gestão do Território - escalas, conflitos e incertezas., 2009, Florianópolis. XIII ENANPUR, 2009. p. 1-25.